



## O COMUNISMO E O ANTICOMUNISMO ENTRE O BRASIL E O URUGUAI AO LONGO DA DÉCADA DE 1930

COMMUNISM AND ANTI-COMMUNISM BETWEEN BRAZIL AND URUGUAY THROUGHOUT THE 1930S

Rafael Nascimento Gomes\*

**Resumo:** O presente artigo se propõe a discutir a presença do comunismo no Brasil e no Uruguai ao longo da década de 1930. Para isso, analisar-se-á os governos de Getúlio Vargas (1930-1937) e Gabriel Terra (1931-1938), sob a ótica das relações diplomáticas, para discutir as repercussões e as ações do comunismo nesses países, bem como as reações dos respectivos governos. Dessa forma, o movimento comunista de 1935 e sua ligação com a atuação de comunistas em Montevideú merecem certo destaque nessa análise.

**Palavras-chave:** Comunismo, Relações Brasil-Uruguai, Montevideú.

**Abstract:** The present article aims to discuss the presence of communism in Brazil and Uruguay throughout the decade of 1930. For this, the governments of Getúlio Vargas (1930-1937) and Gabriel Terra (1931-1938) will be analyzed, under the perspective of diplomatic relations, to discuss the repercussions and actions of communism in those countries, as well as the reactions of the respective governments. Thus, the communist movement of 1935 and its connection with the action of communists in Montevideo deserve a certain prominence in this analysis.

**Keywords:** Communism, Brazil-Uruguay Relations, Montevideo.

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de Brasília (UnB) na linha de Pesquisa "Poder, Instituições e Sociedades".



## Introdução

Ao nos depararmos com o busto do patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco, na entrada do *Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay*<sup>1</sup>, bem como com algumas ruas de Montevideú, com nomes de políticos e personalidades brasileiros, percebemos a importância e a necessidade de estudos históricos sobre as relações entre Brasil e Uruguai (GOMES, 2017, p.25). Nesse sentido, cabe assinalar que Brasil e Uruguai não são apenas países fronteiriços. Pode-se dizer que há raízes históricas profundas entre esses países sul-americanos, e elas merecem mais estudos históricos. O limite brasileiro-uruguaio demarca a primeira fronteira brasileira habitada em ambos os lados. O contato das duas populações, suas afinidades culturais, as relações familiares, políticas, comerciais – estas ao amparo ou ao arrepio da lei – configuram um quadro único, que não pode ser ignorado pelos estudiosos da história das relações bilaterais desses países.

Historicamente, a noção de vizinhança evoluiu no imaginário popular, no conceito geopolítico e nas preocupações da diplomacia brasileira. No século XIX, à época do pan-americanismo, todos os americanos eram vizinhos. Ainda nesse século o conceito de América Latina tomava conta do imaginário. Desde o Barão do Rio Branco (1902-1912), o conceito de América do Sul passou a se impor. Na medida em que se operava a restrição geográfica do conceito de vizinhança, o regional passou a adquirir peso no pensamento dos brasileiros e na ação externa do governo e da sociedade (CERVO, 2008, p.202). Por isso, nos utilizaremos das relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai, para analisar as repercussões e as ações do comunismo na região, bem como as reações dos respectivos governos.

Em sua brilhante obra, *Un pequeño lugar bajo el Sol. Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya, 1935-1938*, a historiadora uruguaia Ana María Rodríguez Ayçaguer debruçou-se sobre as repercussões do conflito entre Itália e Etiópia no Uruguai. Nesse momento, havia muitos simpatizantes e admiradores do fascismo no Uruguai. Em

---

<sup>1</sup> O busto do Barão do Rio Branco foi um presente do presidente Eurico Gaspar Dutra ao Uruguai, em 1946. José Roberto de Macedo Soares, embaixador brasileiro em Montevideú entre 1946 e 1951, foi quem recomendou o presente ao presidente Dutra.



grande parte, essa simpatia e admiração davam-se por conta do temor ao comunismo e ao desejo de alcançar o “progresso pela ordem”. O temor de agitação revolucionária a partir da Revolução Bolchevique de 1917, fortalecido pela agitação sindical de 1919 em Montevideu e pelos sangrentos choques ocorridos em Buenos Aires no mesmo ano, a fundação do Partido Comunista de Uruguai (1920) e as ações temerárias e violentas dos anarquistas fizeram com que destacados líderes dos setores conservadores – entre eles Pedro Maniní Ríos, líder do riverismo, e Julio María Sosa, líder do sosismo, ambos ligados ao Partido Colorado; e Luís Alberto de Herrera e Juan B. Morelli, líderes do herrerismo, ligados ao Partido Nacional – enxergassem com simpatia a experiência fascista, que tinha minimizado com mão de ferro as organizações sindicais e políticas de esquerda (RODRÍGUEZ AYÇAGUER, 2009, p. 24).

Rodríguez Ayçaguer destacou que a chancelaria uruguaia mantinha uma permanente atenção nos posicionamentos dos vizinhos Brasil e Argentina. Ainda lembrou que: “*es necesario recordar que el mundo no se ve igual desde un pequeño país como Uruguay*”. Isto é, o Uruguai reconhece o seu peso internacional, principalmente, a partir de sua posição regional. Pode-se até mesmo falar de um “*complexo de país minúsculo*” ou de um *trauma de nascimento do estado uruguaio*. Ayçaguer esclareceu que ao se preocupar com a dependência uruguaia dos grandes centros hegemônicos do poder mundial, não observava a atuação da diplomacia uruguaia em sua esfera estratégica, a dimensão regional, e isso foi uma inflexão em sua análise. Por isso, passou a dar atenção ao posicionamento regional de seu país, em especial, às suas relações com o Brasil.

### **A década de ascensão de radicalismos políticos: comunismo x anticomunismo**

Na América Latina o interregno de 1919-1939 se caracterizou por um declínio na influência britânica e um crescimento na influência alemã e estadunidense. Do ponto de vista ideológico, três correntes principais – liberalismo, fascismo e socialismo – lutavam pelos corações e mentes dos povos latino-americanos. Mas do ponto de vista da influência política e econômica, a Grã-Bretanha defendia sua posição, enquanto Estados Unidos e Alemanha eram relevantes na medida em que o crescimento de seu sistema de poder os colocava em posições antagônicas perante as nações latino-americanas. Enquanto os alemães enfatizavam o autoritarismo antiparlamentar, o protecionismo econômico e o nacionalismo militar, os estadunidenses enfatizavam a democracia liberal e o internacionalismo de livre comércio. A



América Latina era, portanto, não só palco de uma guerra comercial, mas também de disputa política e ideológica, justamente quando formas autoritárias de governo e o nacionalismo econômico estavam florescendo na parte sul do continente (MOURA, 2012, p.36-37). Nesse contexto, o comunismo e o anticomunismo se destacaram na região.

Apesar da crítica situação econômica, é notável que o Uruguai se internacionalizou com mais intensidade nesse período, como destacou Juan Antonio Oddone em *Uruguay entre la depresión y la guerra (1929–1945)* (ODDONE, 1990, p.9). Exemplo disso foi a ampliação das representações diplomáticas e consulares. E nesse processo maior de “internacionalização”, observa-se que houve uma escolha prévia pela região, pois um país como o Uruguai, localizado entre dois grandes colossos, leva em consideração a sua condição geopolítica. Por isso, desde 1928, as legações<sup>2</sup> uruguayas na Argentina e no Brasil já tinham sido elevadas à categoria de embaixadas<sup>3</sup>, as primeiras missões creditadas com categorias superiores estabelecidas para as classes diplomáticas daquele país. Contudo, apesar dessa intensificação de sua projeção internacional, o Uruguai teve que enfrentar os obstáculos que os mercados tradicionais puseram ao fluxo exportador do setor agropecuário e, ao mesmo tempo, confrontar os diferentes setores políticos: comunistas, nazistas e social-democratas.

No Brasil, as transformações políticas, econômicas e sociais a partir da década de 1930 levaram os detentores do poder a uma nova percepção do interesse nacional. Embora sem abandonar os interesses das exportações tradicionais, a política externa brasileira buscou formas de cooperação e barganhas voltadas para um interesse nacional compreendido de maneira mais abrangente do que o período anterior, pois visava contemplar outros segmentos da sociedade. Amado Cervo defende que isso explica as transformações havidas na política externa brasileira, como o reforço do pragmatismo e do seu sentido de instrumento do projeto de desenvolvimento nacional, que tinha na implantação de uma siderúrgica sua pedra angular (CERVO, 2010, p. 234).

<sup>2</sup> Até à década de 1960, a maioria das missões diplomáticas eram legações, as quais constituíam uma categoria inferior à de embaixada. Cada legação era chefiada por um ministro, que poderia ter a categoria de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário ou a de ministro residente. Depois da Segunda Guerra Mundial, generalizou-se por parte dos vários estados, a prática de promover todas as legações à categoria de embaixada.

<sup>3</sup> Segundo o diretor do *Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay*, Álvaro Corbacho, as representações diplomáticas do Uruguai na Argentina e no Brasil foram elevadas à categoria de embaixada em 1º de junho de 1928 pela Lei N. 8.321, promulgada pelo Poder Executivo ( Juan Campisteguy- Presidente da República) e por Rufino T. Dominguez ( Ministro das Relações Exteriores) em 8 de junho de 1928. In: *Compilación de Leyes y Decretos 1825 - 1930*, Comps.: E. Armán Ugón, J.C. Cerdeiras Alonso, L. Arcos Ferrand y C. Goldaracena. Tomo 56, 1928, Montevideo, 1930, p. 49.



Nesse quadro de disputa pela presença econômica e pela influência política e ideológica na América Latina, os rivais que mais se destacaram, sobretudo no Brasil, foram Alemanha e Estados Unidos. Os primeiros acenavam com importantes trocas comerciais que não pararam de crescer de meados da década de 1930 até a operacionalização do bloqueio naval inglês, no início da guerra. Os acordos de compensação assinados entre Brasil e Alemanha tinham ainda a vantagem de evitar a evasão de divisas de ambos países, o que era estratégico naquela conjuntura (SVARTMAN, 1999, p.47). Os EUA, por sua vez, que vislumbravam uma conflagração em grande escala não muito distante, acenavam para a América Latina com a política de boa vizinhança e com a solidificação dos laços políticos por meio do pan-americanismo, ou seja, investiam na criação de uma aliança baseada no discurso da igualdade jurídica e da cooperação política, econômica e defensiva, na qual estariam bem definidos os papéis assumidos por cada um dos membros. O Brasil ocupou, nesse contexto, um espaço especial no sistema de poder norte-americano, na medida em que sua posição geográfica representou um objetivo estratégico após a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, em outubro de 1930, por meio de um golpe político, Getúlio Vargas chegou ao poder. Já no Uruguai, em novembro de 1930, Gabriel Terra já havia vencido as eleições presidenciais. Em março de 1931, Terra tomou posse como presidente eleito democraticamente. Entretanto, em março de 1933, por meio de um golpe de Estado e com o apoio de setores empresariais, como o riveirismo e o herrerismo, ele tornou-se ditador. Terra buscou justificar a instauração da ditadura na limitação do poder do presidente frente ao Conselho Nacional de Administração (CNA).

Durante seu governo democrático (1931-1933), Terra, colorado de raízes brasileiras<sup>4</sup>, manteve-se em constante disputa política com o CNA (Conselho Nacional de Administração), que, desde 1919, compunha o Poder Executivo bicéfalo uruguaio junto ao presidente. Para conduzir a política externa uruguaia, Terra escolheu Juan Carlos Blanco, na época embaixador na Argentina. Blanco aceitou e permaneceu como chanceler uruguaio de março de 1931 até as vésperas do golpe, em fevereiro de 1933, quando foi convocado para a embaixada do Uruguai na capital brasileira. Em outras palavras, o presidente do Uruguai

---

<sup>4</sup> Gabriel Terra foi filho de José Ladislao Terra (1835-1902), o qual era filho de brasileiros proprietários de um estabelecimento de campo no departamento de Florida, no Uruguai. Ladislao Terra estudou em São Paulo durante a sua juventude, onde obteve o título de advogado e conheceu seu amigo íntimo, José Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Em razão dessa amizade, Ladislao tornou-se gerente de Mauá e Mauá tornou-se padrinho de Gabriel Terra.



confiava, plenamente, em Carlos Blanco para conseguir apoio do governo brasileiro para a ditadura de Terra que logo seria instaurada. Blanco foi fundamental na execução da política terrista para o Brasil, já que permaneceu na embaixada uruguaia no Rio de Janeiro até meados de 1941.

Inicialmente, a política externa brasileira não sofreu grandes transformações. No Rio da Prata, buscou manter a estabilidade política regional. Enquanto nos foros interamericanos, diferentemente da Argentina, manteve uma política externa próxima a dos Estados Unidos. Com maior estabilidade política, apesar das radicalizações político-ideológicas entre integralistas e comunistas, Vargas passou a valorizar uma política mais ativa na região platina, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos. Nessa perspectiva que a política externa brasileira sofreu uma redefinição ao longo da década de 1930.

Nesse sentido, nota-se certa relevância política do Brasil no seio das relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai. Em agosto de 1934, por exemplo, o presidente Terra visitou o Brasil, com o objetivo de assinar uma série de convênios e tratados com o Brasil. Observa-se, portanto, que o peso do Brasil foi, de fato, mais político do que econômico. O Uruguai, como país periférico na região, reconheceu no Brasil o papel de um fiel escudeiro frente à rivalidade histórica e econômica com o seu vizinho do outro lado do Prata.

Como demonstrou Rafael Nascimento Gomes, em sua dissertação de mestrado, *A perspectiva uruguaia das relações diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai (1931-1938)*, as relações com o Brasil de Vargas mereceram especial atenção da diplomacia terrista (GOMES, 2016). Do lado brasileiro, Vargas também se esforçou, à sua maneira, para estreitar as relações com esse vizinho do sul. Como destacou Carlos Roberto Rangel, os discursos antiliberais dos chefes de Estado facilitaram a convergência de interesses entre seus respectivos governos (RANGEL, 2005, p. 22). Um bom exemplo disso foram as medidas tomadas pelo governo brasileiro, em 1935, com o objetivo de anular as forças opositoras, muitas delas no Uruguai. Para isso, o governo de Vargas pressionou o governo terrista rompendo as relações diplomáticas com a União Soviética, acusada de financiar movimentos comunistas na América do Sul. Em dezembro de 1935, o Uruguai rompeu as relações com a URSS.



### **1935: o momento da revolução no Brasil**

O ano de 1935 ficou marcado na história brasileira pela chamada Intentona Comunista. Não faltaram informações provindas do exterior a respeito da possibilidade de um golpe comunista. Em 18 de outubro, o subsecretário de Assuntos Externos do *Foreign Office*, Sir Robert Vansittart, transmitiu ao embaixador Raul Régis de Oliveira, em Londres, informações obtidas por agente inglês de que estaria sendo preparado um levante comunista no Brasil. O governo inglês também comunicou ao chefe da Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que as transmitiu ao chanceler Macedo Soares, informações a respeito de Arthur Ernest Ewert, conhecido como Harry Berger, cidadão alemão que atuava na América Latina a serviço do Comintern soviético. De Montevideú, o embaixador Lucílio Bueno informou, em 8 de novembro daquele ano, ter tido conhecimento de que Luís Carlos Prestes se encontraria no Brasil para iniciar movimento revolucionário (BARRETO FILHO, 2001; p.102).

Os setores descontentes com o rumo político do país, com as promessas não cumpridas pela Aliança Liberal e com o domínio crescente que Vargas passou a exercer sobre o poder são os três fatores, como apontou Ricardo Seitenfus, que explicam a evolução iniciada logo após a “eleição presidencial” de 1934. Em março de 1935, as diferentes tendências, para as quais a legalização da revolução era de fato apenas o reconhecimento jurídico do poder pessoal de Vargas, se reagruparam no seio de um movimento de oposição chamado Aliança Nacional Libertadora (ANL). O espectro dos membros da ANL era bastante amplo. Além dos partidos e dos grupos de esquerda – em particular o PCB –, havia certos sindicalistas, elementos tenentistas e personalidades independentes. O programa da ANL visava essencialmente a suspensão do pagamento das dívidas imperialistas, isto é, dos empréstimos contraídos pelo Brasil no exterior, a nacionalização das empresas estrangeiras, a supressão dos latifúndios com a introdução de uma reforma agrária e a satisfação das aspirações e mais justiça social (SEITENFUS, 1985; p.48).

A ANL começou então a organizar manifestações públicas, greves, campanhas de opinião, enfim, uma oposição cada vez mais aberta ao governo Vargas. Até que em outubro, entre os dias 24 e 27, estourou o movimento armado. Entretanto, a polícia logo aprisionou seus participantes, inclusive os alemães Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes, e Arthur



Ernst Ewert. Um mês depois, o almirante Canaris, chefe de serviço de informações do governo nazista, entregou dados sobre esses dois participantes ao embaixador brasileiro em Berlim, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão. Após a Intentona, as relações brasileiras com a Alemanha e com a Itália se incrementaram. A elevação, em 1936, da legação brasileira em Berlim e da legação alemã no Rio de Janeiro à categoria de embaixadas simbolizou essa aproximação (BARRETO FILHO, 2001; p.103).

A tentativa comunista no Brasil também teve repercussões no Cone Sul. O governo uruguaio, muito rapidamente, foi informado dos levantamentos contra Vargas, em novembro de 1935, pelo embaixador Lucílio Bueno. O embaixador brasileiro em Montevideu apresentou o levante da seguinte forma:

Una revolución nítidamente comunista estalló en el Estado de Río Grande del Norte y en el de Pernambuco, apoyada por elementos militares de los Batallones de Cazadores no. 29 y 21, acuartelados en las ciudades de Natal, Recife y Olinda, siendo dominada al cabo de tres días de lucha por los elementos leales de aquellas unidades, por el pueblo y policías militares de los referidos Estados. No bien acabada de ser sofocada la rebelión del Norte, en la Capital de la República se sublevaron el Regimiento 3º. De Infantería y la Escuela de Aviación, intentando sublevarse la guardia del Cuartel General y perturbar la vida de la ciudad de Río de Janeiro con las más alarmantes noticias. La población entera se portó con manifiesta confianza en el Gobierno constitucional y la guarnición de la 1º. Zona Militar acudió prontamente en defensa del orden, que fue restablecido después de sangrientos combates y la destrucción, por bombardeo, del cuartel de Praia Vermelha. Los elementos militares sublevados actuaron en el sentido de implantar el comunismo en el Brasil [...]. La represión no se hizo esperar. El Congreso Nacional votó inmediatamente el decreto de estado de sitio, modificó la Ley de Seguridad Nacional y enmendó la Constitución, facilitando así, la acción del Poder Ejecutivo, que quedó autorizado a considerar en estado de guerra cualquier parte del territorio nacional donde se produjeran conmociones internas de carácter comunista. Si disolvió la Alianza Nacional Libertadora, que actuaba disfrazada de Partido Político legal, presos sus dirigentes y detenidas todas aquellas personas que profesan ideas extremistas. Fue iniciado, luego, una rigurosa investigación en cuyo curso quedó de manifiesto el origen del movimiento subversivo. El Gobierno de Moscú dirigió, orientó y financió el movimiento, conforme se verifica por el acta de la sesión de la Tercera Internacional, en que el miembro del Komintern, el holandés Van Mine, relator de los asuntos sud-americanos, profirió el discurso que fue divulgado ostensiblemente en el “Correio da Manhã” del 11 de Diciembre corriente, en el cual son claras y positivas las ordenes dictadas por el Gobierno soviético, por intermedio de su Legación acreditada en Montevideo, sustentando moral y materialmente la revolución



comunista en el Brasil, que debería extenderse por el Uruguay y por la República Argentina, donde tuvo comienzo de ejecución [...] <sup>5</sup>

Isto é dizer, na verdade, o governo brasileiro, nesse momento pressionou o governo uruguaio para tomar medidas contra os comunistas soviéticos em sua capital. Por isso, deixou claro o embaixador brasileiro que não se tratava de um movimento político de oposição ao governo constitucional do presidente Vargas, nem mesmo uma revolução militar. Foi, na verdade, conforme defendeu Bueno, um movimento extremista, de índole comunista, facilmente comprovado. <sup>6</sup> Em outro telegrama, de 29 de novembro, Juan Carlos Blanco comunicou ao seu ministro José Espalter da pressão feita pelo chanceler brasileiro. Segundo ele:

[...]El ministro Macedo Soares que es un hombre muy tranquilo y amable, llegó a decirme que el Brasil se vería obligado a suspender todo tráfico comercial y de personas con el Uruguay y a cerrar las fronteras para defenderse de un peligro- que, imaginario o no, el Gobierno de Brasil cree que existe. [...] El Ministro Macedo Soares, en forma extremadamente cordial, respondió a una pregunta mia directa sobre cual era su pensamiento íntimo, en estos términos: Yo, poniéndome en el lugar de Uds. aprovecharía esta magnífica oportunidad, para librarme de los Soviets. <sup>7</sup>

Foi nesse contexto que no final do mesmo mês, o Uruguai rompeu relações com Moscou, em reação às informações brasileiras a respeito de ligações dos líderes da Intentona com o governo soviético, que mais tarde as negaria. Dado curioso nessa circunstância foi o apoio do presidente argentino, general Agustín Justo. Ele ofereceu ao governo brasileiro o envio de tropas para esmagar o comunismo (GAMBINI, 1977; p.49).

Enquanto isso, o jornal carioca, *A Manhã*, de 27 de novembro de 1935, estampou sem sua capa um desenho de Luiz Carlos Prestes como o líder da “insurreição armada”, o “chefe supremo da Revolução”.<sup>8</sup> Segundo o jornal, o movimento não tinha “a finalidade de implantar o regime comunista, mas unicamente um governo nacional revolucionário com Luiz Carlos Prestes a frente dos destinos do país”. Já *A Nota*, jornal também carioca,

<sup>5</sup> Embaixador Lucílio Bueno ao Ministro das Relações Exteriores José Espalter. Telegrama no. 120; 25/12/1935. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta no. 312. Brasil- Actividades Subversivas- 1935.

<sup>6</sup> Embaixador Lucílio Bueno ao Ministro das Relações Exteriores José Espalter. Telegrama no. 120; 25/12/1935, idem.

<sup>7</sup> Embaixador Juan Carlos Blanco ao Ministro das Relações Exteriores José Espalter. Telegrama no. 377; 29/11/1935; ibidem.

<sup>8</sup> *A Manhã*; 27 de novembro de 1935; idem.



estampou na sua capa de 20 de dezembro de 1935 que: “Uruguay é centro de irradiação comunista”.<sup>9</sup> Acrescentou ainda na matéria que “Os Governos Sul-Americanos a bem da própria segurança deverão suprir as deficiências ou coibir as complacências da policia Uruguaya”.<sup>10</sup>

O *Diário Carioca* dizia que Prestes tinha recebido 200.000 dólares da Yuyamtorg. Para o jornal, essa empresa comercial mascarava as atividades do governo soviético na América do Sul.<sup>11</sup> O *Correio da Manhã*, de 11 de dezembro de 1935, publicou o discurso proferido no Sétimo Congresso Mundial da Internacional Comunista, em Moscou, pelo delegado holandês Van Mine, membro do Conselho Executivo do Comintern e relator dos assuntos referentes à América do Sul.<sup>12</sup> Desse discurso, cabe aqui destacar o seguinte trecho:

[...] Devo expor a todos camaradas que se interessem pelo desenvolvimento e expansão do comunismo na America Meridional que no Brasil já existe uma ampla e bem organizada Associação, denominada “Aliança Nacional Libertadora” e da qual já participam um grande numero de officiaes e soldados do Exército e da Marinha brasileira. Essa “Aliança” foi creada sob a orientação secreta mas directa do Partido Communista Brasileiro segundo as instruções confidenciaes recebidas da Legação Soviética em Montevideo.<sup>13</sup>

Além de destacar a liderança de Luiz Carlos Prestes, o jornal enfatizou o papel da legação soviética na capital uruguaia. Montevideú era vista como o quartel geral dos agentes do Comintern na América do Sul.<sup>14</sup> Isso gerou impactos na opinião pública, tanto brasileira como uruguaia.

Na historiografia brasileira, Marly de Almeida Gomes Vianna apresentou os movimentos armados de novembro de 1935 como fatos históricos tipicamente nacionais, que eclodiram a partir de situações gestadas e desenvolvidas no contexto da sociedade brasileira da época, baseados nas tradições das lutas populares e na significativa participação de setores e lideranças políticas oriundas das camadas médias urbanas, principalmente, os militares

<sup>9</sup> A Nota; 20 de dezembro de 1935; ibidem.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> *Diário de Notícias*; 12 de abril de 1935. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta no. 572. General José Antonio Flores da Cunha- Presidente del Estado de Rio Grande del Sur. 1935.

<sup>12</sup> *Correio da Manhã*; 11 de dezembro de 1935; ibidem.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> NAHUM, Benjamín. *Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VII: 1934-1937*. Montevideo, Universidad de la República; Departamento de Publicaciones, 1997; p.181.



(VIANNA, 1992; p.303). Segundo a historiadora, esse movimento que no início de 1935 corporificou-se na ANL, apresentou duas faces: uma, progressista, enquanto reação contra a manutenção pela Revolução de 1930 do *status quo* e político; outra, anacrônica, uma vez que seu programa apontava para um capitalismo nacional autárquico, historicamente já superado pelo nível de desenvolvimento capitalista do país e pelo grau de sua inserção na economia mundial. Além disso, esquecia-se um dado essencial da nova realidade: numa situação econômica favorável, parte considerável da classe trabalhadora fora ganha para a ideologia e a prática conciliadora do trabalhismo varguista (NAHUM, 1997; p.303-304).

A difundida tese do papel do Comintern como instigador e condutor dos movimentos de 1935, segundo Vianna, não encontra qualquer apoio nos fatos documentados, e o “dedo de Moscou” não pôde ser comprovado nos levantes. A Internacional Comunista se não era indiferente aos destinos do movimento revolucionário brasileiro – que lhe anunciaram ser promissor – manteve-se numa expectativa conivente em relação ao que ocorria no Brasil. Desde a morte de Lênin, em 1924, e com plena vigência a partir de 1927, o objetivo do Comintern deixara de ser a revolução mundial e se concentrara na defesa do Estado soviético. Não houve sequer uma diretiva interna para o início dos levantes. A eclosão das insurreições nos três locais onde ocorreram apresentou graus elevados de autonomia, e o PCB, a reboque dos acontecimentos ou detonador deles, não conseguiu imprimir às revoltas qualquer caráter político-partidário (NAHUM, 1997; p.303-304).

No Rio Grande do Norte, o movimento militar foi caracteristicamente popular, devido ao comportamento espontâneo da sublevação, o que explica não só o caráter anárquico do movimento como sua extensão pelo interior do estado. Em Recife, a ação foi puramente militar, fruto exclusivo da fantasia golpista dos membros do Secretariado do Nordeste. No Rio de Janeiro, o ambiente geral e a rebeldia de alguns militares nordestinos levou a que Prestes avaliasse a situação como o provável início da revolução nacional-libertadora: nem a chance deveria ser perdida nem a vanguarda revolucionária abandonada à sua sorte (NAHUM, 1997; p.303-304).

Entretanto, observamos, com base na documentação diplomática uruguaia, que delegados soviéticos desenvolveram atividades comunistas na América do Sul. Montevideu era o espaço em que esses delegados da URSS conseguiam planejar determinados



movimentos. E a chamada Intentona Comunista no Brasil teve sim, certo apoio do Comintern, principalmente, através da figura de Prestes.

Por outro lado, Isabel Clemente, historiadora uruguaia, defendeu que além da acusação do governo brasileiro, a política externa do governo uruguaio tornava-se mais conservadora desde o golpe político de 31 de março de 1933 (CLEMENTE, 2005; p.6-7). Juan Oddone, por sua vez, destacou que essa ruptura das relações diplomáticas do Uruguai com a URSS não era surpresa, apesar das justificativas da chancelaria uruguaia não serem satisfatórias (ODDONE, 1990; p. 160-163).

Já Rodríguez Ayçaguer, ao abordar os temas de agenda bilateral entre Brasil e Uruguai, em 1935, destacou que essas relações estiveram completamente dominadas pelo fator político e, com dependência uruguaia do governo brasileiro:

En efecto, los asuntos que concentraron el accionar de ambas Cancillerías fueron cinco, a saber: 1º) La llamada “Revolución de Paso Morlán”, en el mes de enero, fracasado levantamiento opositor contra el régimen de Terra, durante la cual se suceden los apremiantes pedidos de las autoridades uruguayas para que el gobierno brasileño impida el pasaje de hombres y armas hacia territorio uruguayo, y arreste e interne a los revolucionarios que pasan la frontera. Un duro recordatorio de la absoluta necesidad del gobierno uruguayo de contar con la buena voluntad y la colaboración del gobierno de Brasil. 2º) Los trabajos de demarcación de la frontera seca entre ambos países, iniciados en 1916 y finalizados en 1935, lo que motiva un intercambio de congratulaciones entre el Canciller Macedo Soares y el Embajador Bueno, ya que los resultados han contemplado enteramente los deseos de Itamaraty. 3º) La visita del Presidente Getúlio Vargas a Uruguay, entre fines de mayo y principios de junio, provoca un nutrido flujo de correspondencia sobre los preparativos y el programa de la visita, a la que Uruguay otorga gran importancia. Es el momento de demostrar al ilustre huésped la simpatía hacia su persona y su pueblo, así como la sintonía con su proyecto político. En medio de desfiles, banquetes y discursos, se entablaron seguramente contactos entre los elencos civiles y militares de ambos gobiernos, que resultarán muy útiles cuando lleguen los sucesos de noviembre. 4º) La posición de Brasil en relación con la invitación de Argentina y Chile para participar en la Comisión Neutral de paz en la Guerra del Chaco – Brasil se negó a participar en la Comisión si Uruguay (y Estados Unidos) no formaban parte de la misma – provocó una natural corriente de simpatía hacia el Presidente Vargas en el Uruguay. Una vez más el gobierno uruguayo había visto reafirmada su necesidad de contar con el favor del gobierno del Brasil y éste, a su vez, le había dado muestras de “sincera amistad”, lo que reforzó las simpatías del Presidente Terra y de su gobierno por el régimen de Vargas. 5º) El tema de las actividades “subversivas” – comunistas o anarquistas – ya estuvo presente en la correspondencia



diplomática de ambos países en los meses previos al levantamiento de noviembre en Brasil. (RODRÍGUEZ AYÇAGUER, 2008, p.101-104).

Segundo Lucílio Bueno, embaixador brasileiro em Montevideú, movimentos comunistas poderiam despertar nas capitais de vários países americanos, entre elas, no Rio de Janeiro, nos dias 18 de março, aniversário da proclamação da Comuna de Paris, e 21 do mesmo mês, aniversário da República dos Soviets na Hungria. Por isso, o Itamarati pediu, muito rapidamente, informações sobre Simonrad Dowytzky, suposto delegado soviético em Montevideú (RODRÍGUEZ AYÇAGUER, 2008, p.101-104).

De toda forma, esse levante contra Vargas, conhecido como a Intentona Comunista de 1935, entre outras coisas, serviu para que o governo Vargas, na onda da violenta repressão ao movimento, tirasse de circulação vários elementos que vinham fazendo algum tipo de oposição indesejável ao seu regime e que, dois anos mais tarde, rompesse com o regime constitucional em nome do combate a um suposto plano comunista de tomada do poder. Assim, ao longo da luta anticomunista, os integralistas passaram a ter um espaço considerável junto ao Estado. Porém, apesar de terem apoiado a implantação do Estado Novo, eles não estavam presentes nos cálculos políticos de Vargas e dos militares – que eram, de fato, o principal pilar do novo regime – e foram cassados junto com os demais partidos ainda em 1937.

Os integralistas passaram a ser considerados inimigos do regime, principalmente, a partir da tentativa de um golpe político armado, em 1938. Nesse momento, eles eram vistos pelos diplomatas uruguaios como forças perturbadoras à situação política brasileira.<sup>15</sup> Por outro lado, da mesma forma que o comunismo era visto como uma extensão político-ideológica da União Soviética, o integralismo brasileiro passou a ser visto como uma extensão de “doutrinas estrangeiras”. O embaixador uruaio em Berlim, em 30 de maio de 1938, comunicou ao seu chanceler das acusações da delegação brasileira a algumas das instituições alemãs nazistas por ter fomentado o movimento armado contra Vargas.<sup>16</sup> Dois meses depois,

---

<sup>15</sup> Telegrama no. 231; 12/05/1938. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta no. 231. Política de Brasil. Informaciones – Detención de una campaña de oposición política en Rivera- 1938.

<sup>16</sup> Telegrama no. 151-43; 30/05/1938; *ibidem*.



como represália, a Alemanha suspendeu suas compras no Brasil.<sup>17</sup> O Brasil, por sua vez, como resposta, agiu contra os imigrantes e comunidades germânicas residentes no Brasil.

De toda forma, dissolução da ANL e a prisão em março de 1936 de Luís Carlos Prestes desferiram um golpe fatal no movimento comunista e em toda a esquerda brasileira. Em compensação, assistiu-se a um reforço do poder e, sobretudo da posição dos militares e de Getúlio Vargas, que pôde agitar a toda hora os fantasmas do perigo comunista para manter-se à frente do Estado (SEITENFUS, 1985; P.50-51) Foi assim que Vargas, em 10 de novembro de 1937, conseguiu instalar a ditadura do Estado Novo.

### Considerações finais

Historicamente, a região do Rio da Prata foi elemento fundamental na política externa brasileira, sobretudo, em seu projeto a nível regional. Contudo, quando se fala do Prata, a Argentina, pelo seu peso político e econômico, e também pela rivalidade, mereceu uma maior atenção, tanto dos estadistas como dos estudiosos brasileiros. Por isso, é importante destacar que, principalmente pela sua condição fronteiriça e, por conseguinte, a zona cultural existente entre Brasil e Uruguai, este desempenhou papel significativo em determinadas conjunturas políticas brasileiras e regionais.

Certa vez, o diplomata belga Henry Ketels, comparou o Uruguai ao seu pequeno país da Europa. Ketels apontava como elementos comparativos: “su pequeño tamaño, su ubicación geográfica entre vecinos poderosos, su temor latente por tal hecho y su fuertemente proclamado apego al derecho internacional (pensado como único escudo de los débiles), cierta dosis de vanidad por sus respectivos logros sociales y culturales (NAHUM; 1998; p.8)”. De certa forma, isso explica, em grande medida, a situação peculiar do Uruguai no cenário regional marcada pelos dois grandes países da América do Sul: Brasil e Argentina.

Getúlio Vargas, por meio da política externa, buscou manter a estabilidade regional, utilizando-se dessa balança política regional. Gabriel Terra, à sua maneira, também tentou se aproveitar desse quadro. Nesse contexto, a ação diplomática brasileira explorava a rivalidade histórica entre os vizinhos platinos. Exemplo dessa tradicional rivalidade no Prata entre Argentina e Uruguai foi a ruptura das relações diplomáticas entre os países entre julho e

<sup>17</sup> Confidencial. Juan Carlos Blanco ao chanceler Alberto Guani. Telegrama no. 220; 18/07/1938; ibidem.



setembro de 1932 (NAHUM, 1996, p.194). Mais uma vez os países platinos rompiam as relações e mais uma vez por motivos de asilo político para opositores do país vizinho, as chamadas atividades de elementos subversivos no território de um ou outro. Cabe ressaltar que essas personalidades subversivas eram vistas como comunistas pelo governo argentino. Depois de dois meses do rompimento das relações diplomáticas, Juan José de Amézaga foi enviado por Gabriel Terra, como agente confidencial, a Buenos Aires para retomar as relações entre os países vizinhos, e obteve sucesso. Enquanto isso, as relações com o Brasil se intensificaram.

Nesse sentido, observa-se que, em grande medida, pelo peso histórico da rivalidade do Uruguai com a Argentina, o “fiel da balança” de poder do Rio da Prata tendeu, ao longo do período analisado, para o lado brasileiro. Evidencia-se, então, que as relações com o Brasil de Vargas mereceram especial atenção da diplomacia terrista. Do lado brasileiro, Vargas também se esforçou, à sua maneira, para estreitar as relações com esse vizinho do sul. Como destacou Carlos Roberto Rangel, os discursos antiliberais dos chefes de Estado facilitaram a convergência de interesses entre seus respectivos governos (RANGEL, 2005; p.22). Um bom exemplo disso foram as medidas tomadas pelo governo brasileiro, em 1935, com o objetivo de anular as forças opositoras, muitas delas no Uruguai.

Para atingir seu objetivo, Vargas pressionou o governo de Gabriel Terra para romper as relações diplomáticas com a União Soviética, acusada de financiar movimentos comunistas na América do Sul. Em dezembro daquele mesmo ano, o Uruguai rompeu as relações com a URSS. Outro exemplo da cooperação entre os governos brasileiro e uruguaio foi a atuação de João Batista Luzardo como embaixador no Uruguai, desde meados de 1937, em substituição a Lucílio da Cunha Bueno, acusado de manter contato com Flores da Cunha, opositor do regime de Vargas. Ao aproximar-se de Gabriel Terra, Luzardo conseguiu com que o governo uruguaio determinasse um regime de liberdade vigiada para Flores da Cunha em Montevideú, e daí, organizou um dispositivo legal para vigiá-lo. Batista Luzardo permaneceu na capital uruguaia até meados de 1945, e foi uma peça fundamental da política varguista para o Uruguai.

Por fim, destaca-se que a documentação diplomática uruguaia demonstrou que a pauta que mais mereceu atenção nas relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai, entre 1931 e 1938, em especial na ditadura de Gabriel Terra (1933-1938), foi essa questão da presença do



comunismo e de comunistas em ambos países. Além dessa pauta, a questão dos exilados políticos e a da política de fronteiras também mereceram atenção significativa, uma vez que representava uma ameaça constante, ora ao governo terrista, ora ao governo varguista. Por isso, os governos estreitaram seus laços políticos, para intensificar medidas de repressão e de vigilância na região fronteira. Exemplos dessa cooperação foram os preparativos do golpe de março de 1933 de Gabriel Terra e a repercussão da chamada “Intentona Comunista” de novembro de 1935. Nesses dois momentos, nota-se um diálogo mais intenso e próximo de ambos os governos.

### Fontes consultadas

MARTÍNEZ, José Luciano. *Gabriel Terra: el hombre, el político, el gobernante*. (3 vols.) Montevideo, 1937.

NAHUM, Benjamin; BALBIS, Jorge. (Orgs). *Informes diplomáticos de los representantes de Bélgica en el Uruguay. Tomo I: 1832-1946*. Montevideo, Udelar, Departamento de Publicaciones, 1998.

\_\_\_\_\_. *Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VI: 1932-1933*. Montevideo, Udelar; Departamento de Publicaciones, 1996.

\_\_\_\_\_. *Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VII: 1934-1937*. Montevideo, Udelar; Departamento de Publicaciones, 1997.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. *Selección de informes de los representantes diplomáticos de los Estados Unidos en el Uruguay. Tomo I: 1930-1933*. Montevideo, Udelar; Departamento de Publicaciones, 1997.

URUGUAY. *Boletines del Ministerio de las Relaciones Exteriores*. Tomos I, II, V y VI. Montevideo: Imprenta Militar. 1932-1938.

VARGAS, Getúlio. *Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV; 1995.

### Referências Bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. SP: Companhia das Letras, 2014.



- AGUIRRE GONZALEZ, Adolfo. *La Revolución de 1935. La lucha armada contra la dictadura*. Montevideo, 1985.
- BARRETO FILHO, Fernão de Mello. *Os Sucessores do Barão: Relações Exteriores do Brasil: 1912 a 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento del terrismo*. (3 vols.) Montevideo: EDBOU, 1989-1991.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. 3º ed. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Externa Brasileira*. Brasília: EdUnB; 2002.
- CERVO, Amado. *A Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CLEMENTE, Isabel. *Política exterior del Uruguay, 1830-1995. Tendencias, problemas, actores y agendas*. In: Documentos de Trabajo No. 69. Montevideo; 2005.
- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata*. Brasília: FUNAG; 2014.
- DULLES, John. W. F. *O Comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FREGA, Ana [et all]. *Historia del Uruguay en el siglo XX: 1890-2005*. Montevideo: EDBOU, 2011.
- GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GOMES, Rafael Nascimento. *As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai (1931-1938). O Brasil de Getúlio Vargas visto pelo Uruguai de Gabriel Terra*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- \_\_\_\_\_. *A perspectiva uruguaia das relações diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai (1931-1938)*. Dissertação de Mestrado/PPGHIS-UnB, Brasília, 2016.
- \_\_\_\_\_. *A importância da biografia histórica para a História Política: As relações Brasil-Uruguai por meio das biografias de Getúlio Vargas e Gabriel Terra (1931-1938)*. In:



Revista Latino-Americana de História. Dossiê História Política: Temas, fontes e problemas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; vol. 4, no. 14, 2015; p.87-100.

Acesso: 10/01/16. Disponível em:  
<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/issue/view/20/showToc>

JACOB, Raúl. *El Uruguay de Terra. 1931-1938*. Montevideo, EDBOU, 1983.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG; 2012.

NETO, Lira. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ODDONE, Juan Antonio. *El Uruguay entre la depresión y la guerra. 1929-1945*. Montevideo, FCU/FHCE, 1990.

PARIS, Juana; RUIZ, Esther. *El Frente en los años 30*. Montevideo, Proyección, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Os exilados brasileiros no Prata: entre a revolução e a ordem (1930-1935)*. Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC. Belo Horizonte, 2000.

\_\_\_\_\_. *A conspiração revolucionária da oposição brasileira a Vargas no Prata (1930-1934)*. In: Revista Eletrônica da ANPHLAC, v.1, n. 1; 2002.

\_\_\_\_\_. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai)- 1930/1942*. Tese de doutorado- UFRS. Porto Alegre; 2007.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. *Un pequeño lugar bajo el Sol: Mussolini, la conquista de Etiopia y la diplomacia uruguaya, 1935-1938*. Montevideo: EDBOU; 2009.

\_\_\_\_\_. *La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getulio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935*. Estudos Ibero-Americanos, Vol. XXXIV, Núm. 1, jun., PUC-RS; 2008; pp. 92-120.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. O processo de envolvimento brasileiro na IIa. Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.



SERRATO, Edgar Bruno Franke. *Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945*. Dissertação de Mestrado-UFPR. Curitiba; 2008.

SILVA, Hélio. *A Ameaça Vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares. As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ZUBILLAGA, Carlos. *Una historia silenciada. Tomo II- Las relaciones diplomáticas de España y Uruguay durante el primer franquismo (1936-1955)*. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur; 2017.